

## **MEMÓRIA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO B**

No dia nove de maio de dois mil e dezesseis reuniram-se no Agros, às 14 horas, os membros da Comissão de Acompanhamento da elaboração de Novo Plano Previdenciário para participantes do Plano B, a saber, Constantino José Gouvêa Filho, Diretor Administrativo-Financeiro, Gilberto Paixão Rosado, Diretor de Segurança, os representantes da Comissão do TAC Ely Rosa, José Júlio de Souza, Sebastião Carlos da Fonseca e Cidriane Mônica Ferreira de Oliveira, Marcílio Rodrigues Martins, representante do Conselho Fiscal, Jansen Cardoso Pereira, representante da ATENS, Jaime Silva de Oliveira, representante da ASAV, Arnaldo Chaer Borges e Fernando Pinheiro Reis, representantes da ASPUV, Vicente Isidoro da Conceição, representante do SINSUV, Nalbia de Araújo Santos e Valter Ladeira de Freitas, representantes da UFV. Rita de Cássia Saraiva Valente Neto, Gerente de Previdência, e José Reinaldo de Freitas, representante do Conselho Deliberativo, justificaram suas ausências. Registrou-se também a presença do Dr. Leonardo Resende, assessor jurídico da Aspuv, convidado pelos representantes desta Associação. O Diretor Geral do Agros, Nairam Félix de Barros, desempenhou o papel de Coordenador “ad-hoc” da reunião. Iniciando os trabalhos o Coordenador “ad-hoc” discorreu sobre as providências até então tomadas, informando sobre a contratação dos escritórios de atuária – Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária, e de advocacia – Loureiro Advogados Associados, aprovados pelo CDE, e sobre a reunião com representantes das duas empresas, em Belo Horizonte, para planejamento das atividades. Informou, ainda, que ficou acertada a vinda de pessoas das empresas a Viçosa para apresentarem à Comissão o cronograma de trabalho, com previsão de reunião com todos os participantes, e discussão dos objetos de contrato. Em razão de o Conselho Deliberativo não ter indicado o Coordenador da Comissão, foi sugerido que o nome do Diretor Geral seja enviado ao Conselho para deliberação. Foi mencionado que qualquer sugestão, questionamentos e dúvidas de participantes e entidades sejam enviados à Comissão para apreciação. Neste sentido, foi dado conhecimento à Comissão de ofício enviado à Diretoria Geral pela Apagros questionando sobre a solicitação enviada à Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem (CMCA) da Previc, visto que não havia concordância unânime dos membros. O Diretor Administrativo Financeiro esclareceu ainda que em outro ofício enviado por membros da Comissão indicados pelas Entidades não havia assinaturas de todos. Foi esclarecido que a maioria dos membros da Comissão indicada pelo CDE se pronunciou favoravelmente ao envio, tendo em vista as recomendações coletadas durante a visita realizada por vários componentes da Comissão àquela autarquia e orientação do Escritório Loureiro Advogados Associados. Na opinião desses membros, a intermediação da CMCA permitirá o avanço célere e seguro das propostas para o Novo Plano. Vários dos presentes apresentaram seu depoimento sobre esse entendimento. O Diretor Constantino acrescentou que as respostas e decisões da Previc são demoradas, prova disso é que, apesar de o pedido de intermediação da CMCA ter sido protocolado no início de janeiro, ainda não havia manifestação da autarquia. Professor Chaer lembrou o ofício enviado ao Agros em 17/12/2015, por meio do qual os representantes da ASPUV, ASAV e SINSUV expressavam sua discordância ao envio

do pedido à CMCA, naquele momento, entendendo que as decisões deveriam ser tomadas por consenso. Enfatizou, ainda, a importância de disponibilizar todas as informações sobre o andamento do TAC e do processo agora iniciado para os participantes para dar mais transparência das ações empreendidas. O Coordenador “ad-hoc” mencionou que será adicionado um “banner” na página do Agros onde as principais informações sobre o trabalho da Comissão serão postadas. Seguiram-se discussões sobre as iniciativas que deveriam ser adotadas, incluindo-se entre elas a apresentação pelo Diretor Geral, em reunião da comissão, sobre iniciativas adotadas por outras Entidades regidas pelo RJU e, também, a apresentação por representante das entidades as informações obtidas durante visita feita à FioPrev. Ficou clara a opinião de que os objetivos de todos os membros são comuns, ou seja, de ter o TAC aprovado e homologado com reconhecimento de que os recursos do Plano B pertencem ao plano e que o Novo Plano que for desenhado atenda aos anseios da maioria, se não de todos os participantes.

Viçosa, 16 de maio de 2016.